

O ENSINO DA NORMA-PADRÃO EM CONTEXTOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E REFLEXÕES

TEACHING THE STANDARD NORM IN CONTEXTS OF LINGUISTIC VARIATION: CHALLENGES, POSSIBILITIES, AND REFLECTIONS

Carolina Marcelino Serafim

Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola (IFRR), Boa Vista, RR, Brasil
carolina.letraslple@gmail.com

RESUMO

O ensino da norma-padrão em contextos de variação linguística representa um dos principais desafios do ensino de Língua Portuguesa, sobretudo diante da necessidade de conciliar a valorização da diversidade linguística com o desenvolvimento da escrita formal. Nesse cenário, o combate ao preconceito linguístico e a garantia do acesso à norma-padrão são aspectos fundamentais para a formação linguística dos estudantes. Este estudo analisa os desafios do ensino da norma-padrão em contextos de variação linguística, discutindo o papel da escola e do professor na promoção de práticas pedagógicas que articulem essas duas dimensões. Os procedimentos metodológicos baseiam-se em uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores como Bagno, Bortoni-Ricardo e Faraco, além de documentos oficiais que orientam o ensino da Língua Portuguesa. Os resultados evidenciam que a valorização da diversidade linguística não exclui o ensino da norma-padrão. Pelo contrário, ambas se complementam e contribuem para a formação de estudantes capazes de utilizar a língua de forma adequada aos diferentes contextos de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE:

Variação Linguística; Norma-padrão; Preconceito Linguístico; Adequação Linguística.

ABSTRACT

The teaching of the standard language variety in contexts of linguistic variation represents one of the main challenges in Portuguese Language education, especially given the need to reconcile the appreciation of linguistic diversity with the development of formal writing skills. In this context, combating linguistic prejudice and ensuring access to the standard variety are fundamental aspects of students' linguistic education. This study analyzes the challenges of teaching the standard language variety in contexts of linguistic variation, discussing the role of schools and teachers in promoting pedagogical practices that integrate these two dimensions. The methodological procedures are based on qualitative bibliographic research, drawing on the works of Bagno, Bortoni-Ricardo, and Faraco, as well as official documents that guide Portuguese Language teaching. The findings indicate that valuing linguistic diversity does not exclude the teaching of the standard variety. On the contrary, both complement each other and contribute to the development of students who are able to use language appropriately in different communicative contexts.

KEYWORDS:

Linguistic Variation; Standard Language Variety; Linguistic Prejudice; Linguistic Appropriateness.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o 5º maior país do mundo em extensão territorial (IBGE, 2026), marcado por períodos migratórios relevantes de grandes comunidades, presentes até hoje no país, características essas que contribuem para a diversidade cultural, social e linguística, reunindo diferentes modos de vida, costumes, tradições e formas de expressão, refletindo também nos variados usos da língua portuguesa presentes em diversas regiões e grupos sociais.

A língua é um fenômeno social dinâmico e heterogêneo, estando em constante processo de transformação. Seus usos variam de acordo com fatores sociais, culturais, históricos e situacionais, e se manifesta de diferentes maneiras no cotidiano dos falantes, tanto na fala, quanto na escrita. Bagno (2007, p. 52) afirma que “existe um fenômeno chamado variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico”.

Os estudos sociolinguísticos desenvolvidos por William Labov (2008), Marcos Bagno (2007), Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004) e Carlos Alberto Faraco (2008) demonstram que as diferentes variedades linguísticas constituem formas legítimas de uso da língua e refletem a identidade dos grupos sociais que as utilizam. Apesar dos avanços teóricos nessa área, infelizmente, ainda há situações de preconceito linguístico, especialmente quando determinadas formas de falar são comparadas à norma-padrão e consideradas inadequadas ou inferiores. Diante disso, a escola assume um papel fundamental na promoção do respeito à diversidade linguística e na formação de sujeitos capazes de compreender os diferentes usos da língua em diversas situações comunicativas.

Ao mesmo tempo, as escolas enfrentam o desafio de garantir aos estudantes o domínio da norma-padrão, variedade amplamente exigida em contextos formais de comunicação. Tal necessidade torna-se evidente diante das exigências presentes na produção textual escolar, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos vestibulares, concursos públicos, processos seletivos e em diferentes situações acadêmicas e profissionais, nas quais a escrita formal continua sendo um importante instrumento de inserção social e acesso a oportunidades educacionais e de trabalho. A esse respeito, a BNCC reconhece a importância do ensino da norma-padrão, mas ressalta que os conhecimentos linguísticos devem estar articulados às práticas de linguagem e à reflexão sobre os diferentes usos da língua, de modo a ampliar as capacidades de participação social dos estudantes. O documento afirma que:

Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas (BRASIL, 2018, p. 67).

Além disso, as transformações tecnológicas e a crescente utilização de ferramentas de Inteligência Artificial têm provocado novas discussões sobre o ensino da escrita. Embora esses recursos possam auxiliar na revisão textual, na correção gramatical e no aprimoramento da produção escrita, seu uso também exige reflexão crítica por parte de professores e estudantes, de modo que a tecnologia seja utilizada como ferramenta de apoio ao aprendizado, e não como substituta do processo de construção do conhecimento linguístico e repertório de escrita.

Este artigo analisa os desafios do ensino da norma-padrão em contextos de variação linguística no ensino de Língua Portuguesa, buscando compreender como a diversidade linguística presente no ambiente escolar se relaciona com as exigências da escrita formal. A discussão destaca o papel do professor na mediação desse processo, considerando a necessidade de combater o preconceito linguístico sem comprometer o ensino da norma-padrão.

O estudo busca promover a reflexão sobre a escrita formal no contexto escolar, considerando a presença das diferentes variedades linguísticas trazidas pelos estudantes. Busca-se discutir como o ensino da norma-padrão pode ser desenvolvido de forma consciente e equilibrada, valorizando a diversidade linguística e, simultaneamente, preparando os alunos para atender às demandas de comunicação da sociedade contemporânea. Assim, a questão que orienta esta pesquisa é: como o ensino da variação linguística pode ser desenvolvido no contexto escolar sem comprometer o aprendizado da norma-padrão necessária à escrita formal dos alunos?

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em contribuições teóricas da Linguística, da Sociolinguística e do Ensino de Língua Portuguesa, o artigo busca compreender os limites e as possibilidades dessa relação, refletindo sobre caminhos que favoreçam uma prática pedagógica inclusiva, crítica e comprometida com a formação dos estudantes.

2 METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, buscando

compreender e discutir os desafios do ensino da norma-padrão em contextos de variação linguística, considerando as reflexões teóricas já produzidas no campo da Linguística e do ensino de Língua Portuguesa. Conforme o autor Gil (2002) a análise qualitativa pode ser definida como “uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (GIL, 2002, p. 133). Desse modo, essa abordagem possibilita uma análise aprofundada das discussões teóricas sobre a relação entre a norma-padrão e a variação linguística, contribuindo para a compreensão dos desafios e das possibilidades no ensino de Língua Portuguesa em contextos marcados pela diversidade linguística.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica foi adotada como procedimento metodológico, permitindo reunir e analisar contribuições teóricas fundamentais para a compreensão dos temas presentes neste artigo. Conforme afirma Gil (2002, p. 44):

a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

O autor destaca ainda que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45). Essa característica mostra-se relevante para este estudo, uma vez que a discussão sobre o ensino da norma-padrão em contextos de variação linguística demanda a análise de diferentes perspectivas teóricas e reflexões produzidas no campo da Linguística e do Ensino de Língua Portuguesa.

Além da análise das produções bibliográficas e acadêmicas, este estudo também considera o ponto de vista da autora do artigo, construído a partir da leitura crítica das teorias e da reflexão sobre a prática pedagógica observada ao longo da formação em Letras, especialmente no contexto escolar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando a relevância dos conceitos abordados neste artigo, faz-se necessário, inicialmente, compreender suas definições, uma vez que constituem a base teórica para as discussões propostas ao longo do estudo. A seguir, serão apresentados conceitos relacionados à linguagem, à língua, à variação linguística e à norma-padrão, fundamentais para a construção das ideias aqui apresentadas.

3.1 Linguagem e língua

Embora frequentemente utilizados como sinônimos, os conceitos de linguagem e língua possuem significados distintos. De acordo com Saussure (2006), a linguagem é “multiforme e heteróclita”, caracterizando-se por sua complexidade e heterogeneidade, abrangendo diferentes dimensões da experiência humana e não se restringindo apenas ao âmbito social. A língua, por sua vez, “é um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006, p. 17), podendo ser compreendida como um sistema organizado de convenções adotadas por uma comunidade, constituindo um produto social da faculdade da linguagem e um instrumento essencial para a comunicação.

Em uma perspectiva distinta, Petter (2003), ao apresentar a teoria de Chomsky, destaca que a linguagem corresponde a uma capacidade inata e específica da espécie humana, responsável pela aquisição e pelo uso das línguas naturais:

Essas propriedades já devem ser ‘conhecidas’ da criança antes de seu contato com qualquer língua natural e devem ser acionadas durante o processo de aquisição da linguagem. Para Chomsky, portanto, a linguagem é uma capacidade inata e específica da espécie, isto é, transmitida geneticamente e própria da espécie humana (PETTER, 2003, p.17).

Nessa concepção, os indivíduos possuem uma predisposição biológica para desenvolver a linguagem, o que possibilita a compreensão e a produção de um número ilimitado de enunciados a partir de um conjunto finito de regras.

Apesar das diferenças entre as perspectivas de Saussure e Chomsky, ambas representam importantes contribuições para os estudos da linguagem, fornecendo bases teóricas que auxiliaram na compreensão dos fenômenos linguísticos e no desenvolvimento da linguística moderna. Ainda que possuam divergências quanto à natureza e à origem da linguagem, suas teorias permitem estabelecer uma compreensão geral dos conceitos de linguagem e língua.

Assim, de maneira sucinta, a linguagem corresponde a um conceito mais amplo, relacionado à capacidade de comunicação e expressão dos seres humanos, podendo ocorrer por meio de formas verbais e não verbais. Já a língua consiste em um sistema organizado de signos, regras e convenções compartilhados por uma determinada comunidade linguística, sendo utilizada como instrumento de comunicação e interação social.

3.2 Sociolinguística, variação e variedade linguística

Para abordarmos sobre a sociolinguística, vamos partir primeiramente do conceito da linguística em si. Fiorin (2013) argumenta que a linguística não possui caráter normativo, diferentemente da gramática tradicional. Seu propósito consiste em descrever e explicar os fenômenos linguísticos, investigando como a língua funciona e se manifesta nas práticas comunicativas dos falantes. O autor reforça que essa perspectiva ao afirmar que:

a Linguística é uma ciência, porque ela, ao contrário da gramática, não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim) (FIORIN, 2013, p. 37).

O autor complementa estabelecendo que “A Linguística tem por finalidade elucidar o funcionamento da linguagem humana, descrevendo e explicando a estrutura e o uso das diferentes línguas faladas no mundo” (FIORIN, 2013, p. 42).

Os estudos da linguística se dividem em várias áreas, ou podemos dizer, em vários termos, e um deles é a Sociolinguística, com o surgimento dos estudos desse conceito, difundido, principalmente por William Labov nos anos 60, a língua passa a ter um apelo social muito mais forte do que aquela concepção biológica, e a principal característica social passa a ser a comunicação. Fiorin (2013), ao mencionar os estudos de Labov, ressalta que “a língua não ‘localiza’ na mente de seu falante, mas no seu uso por uma comunidade de falantes”, porém a biologia humana não está completamente dissociada da visão social da linguagem.

Nesse sentido, conforme o autor, “deve estar claro, a essa altura, que concepções diferentes de língua/linguagem levam a constructos teóricos e decisões metodológicas diversas”, sendo que “uma definição biológica da linguagem humana pode não ser totalmente irreconciliável com uma visão social do uso linguístico”, embora “cada uma delas leva a teorias muito diferentes, a programas científicos muito distintos, cujos objetivos e métodos desenham trajetórias de trabalhos que podem sequer se cruzar” (FIORIN, 2013, p. 113).

Partindo do pressuposto de que a Sociolinguística aborda as questões da língua em seu contexto social, surgem os estudos sobre variação linguística, tendo em William Labov um de seus principais representantes. O autor buscou compreender a relação entre os fenômenos linguísticos e os fatores sociais, defendendo que seria possível “isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico” (LABOV, 2008, p. 19). Nessa perspectiva, a língua é entendida como um fenômeno intrinsecamente social, uma vez que, segundo o autor, “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008, p. 21).

Por meio de pesquisas realizadas em comunidades de fala, Labov demonstrou que as variações linguísticas não ocorrem de maneira aleatória, mas estão relacionadas a fatores sociais, como idade, sexo, grupo social e contexto de uso da língua. Seus estudos evidenciaram que os usos linguísticos refletem a organização social das comunidades, contribuindo para a consolidação da Sociolinguística Variacionista e para a compreensão da diversidade linguística como uma característica natural das línguas.

Bagno (2007) afirma que “Língua e sociedade estão indissoluvelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra.” (BAGNO, 2007, p. 38). É a partir desse entrelaçamento que surge a variação linguística, isto é, “a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade” (BAGNO, 2007, p. 38). O autor destaca que a variação ocorre em todos os níveis da língua e de maneira ordenada:

Variação fonético-fonológica: pense em quantas pronúncias você conhece para o r da palavra porta no português brasileiro;

variação morfológica: as formas pegajoso e peguento exibem sufixos diferentes para expressar a mesma idéia;

Variação sintática: nas frases uma história que ninguém prevê o final / uma história que ninguém prevê o final dela / uma história cujo final ninguém prevê, o sentido geral é o mesmo, mas os elementos estão organizados de maneiras diferentes;

Variação semântica: a palavra vexame pode significar "vergonha" ou "pressa", dependendo da origem regional do falante;

Variação lexical: as palavras mijó, xixi e urina se referem todas à mesma coisa;

Variação estilístico-pragmática: os enunciados queiram se sentar, por favor e vamo sentano aí, galera correspondem a situações diferentes de interação social, marcadas pelo grau maior ou menor de formalidade do ambiente e de intimidade entre os interlocutores, e podem inclusive ser pronunciados pelo mesmo indivíduo em situações de interação diferentes (BAGNO, 2007, p. 39-40).

Ao decorrer de sua obra, Bagno, complementa que há também os fatores extralinguísticos, que influenciam nas variações, sendo um conjunto de fatores sociais, como: “a origem geográfica, o status socioeconômico, o grau de escolarização, a idade, o sexo, o mercado de trabalho e as redes sociais” (BAGNO, 2007, p. 44).

Outro conceito importante na sociolinguística é a variedade linguística, “uma variedade linguística é um dos muitos ‘modos de falar’ uma língua” (BAGNO, 2007, p. 47), podendo ser entendida também como “o modo de falar a língua característico de determinado grupo social ou de determinada região geográfica” (BAGNO, 2007, p. 57).

Essas variações fazem parte do funcionamento natural da língua e não devem ser compreendidas como erros, mas como formas legítimas de expressão dos falantes. Além disso, nesse mesmo sentido a própria relação entre fala e escrita também precisa ser compreendida a partir da noção de variação. Bagno problematiza o mito expresso na ideia de que “o certo é falar assim porque se escreve assim”, mostrando que essa relação não se

sustenta do ponto de vista linguístico. “Infelizmente, existe uma tendência (mais um preconceito!) muito forte no ensino da língua de querer obrigar o aluno a pronunciar “do jeito que se escreve”, como se essa fosse a única maneira “certa” de falar português.”(BAGNO, 2007, p. 52). O autor argumenta que não é adequado transferir as regras da ortografia para a pronúncia, pois isso leva à criação de uma fala artificial e à desvalorização de formas linguísticas que resultam do funcionamento natural do idioma.

3.3 Preconceito linguístico

O preconceito linguístico pode ser compreendido como uma forma de discriminação que se manifesta por meio de julgamentos negativos sobre a maneira como determinados indivíduos ou grupos utilizam a língua. Assim como ocorre em outras formas de preconceito social, as avaliações atribuídas à fala de uma pessoa geralmente não estão relacionadas apenas às características linguísticas propriamente ditas, mas também às representações sociais construídas em torno dos grupos aos quais ela pertence. Dessa forma, determinadas variedades linguísticas passam a ser associadas a ideias de inferioridade, falta de instrução ou incapacidade, enquanto outras recebem maior prestígio social.

Segundo Bagno (2007), o preconceito linguístico surge da crença de que existe apenas uma forma correta e legítima de utilizar a língua. Essa concepção é sustentada, em grande medida, pela valorização excessiva da gramática normativa como único parâmetro de avaliação dos usos linguísticos. O autor afirma que “O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa.” (BAGNO, 2007, p. 9).

Na concepção do autor, essa visão desconsidera a natureza heterogênea das línguas, contribuindo para a estigmatização de determinadas variedades linguísticas e ressaltando que “uma sociedade extremamente dinâmica e multifacetada só pode apresentar uma língua igualmente dinâmica e multifacetada” (BAGNO, 2007, p.73).

Além disso, Bagno (2007) destaca que o preconceito linguístico se manifesta no cotidiano por meio de crenças e estereótipos amplamente difundidos entre os falantes. Segundo o autor “O preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada.”(BAGNO, 2007, p.13).

O preconceito linguístico não se dirige efetivamente à língua, mas aos grupos sociais que utilizam determinadas variedades linguísticas. Dessa forma, as avaliações negativas atribuídas a certos modos de falar refletem preconceitos mais amplos relacionados à classe

social, à origem geográfica, ao nível de escolarização e a outros fatores socioculturais.

O mais importante nessa reflexão sobre o estigma e o prestígio atribuídos às formas lingüísticas é saber que esses juízos de valor não têm a ver com as características propriamente lingüísticas do fenômeno, mas sim com avaliações sociais lançadas sobre os falantes, isto é, sobre os seres humanos que empregam essa ou aquela forma lingüística. O que quer dizer isso? Quer dizer que as formas linguísticas vão ser julgadas e avaliadas de acordo com os juízos e valores sociais atribuídos a quem se serve delas (BAGNO, 2007, p. 76).

Assim, o modo de falar acaba se tornando um marcador social utilizado para legitimar processos de exclusão e discriminação.

3.4 Norma culta, norma-padrão e adequação linguística

A definição sobre norma culta, norma-padrão e adequação linguística é fundamental para a compreensão do funcionamento social da língua, uma vez que essas noções permitem refletir sobre os diferentes modos de uso linguístico em contextos variados.

A expressão norma culta, frequentemente associada de forma equivocada à norma-padrão ou mesmo à gramática normativa, é discutida por Faraco (2008, p. 24-25), que destaca sua origem vinculada às críticas acadêmicas ao saber gramatical tradicional a partir da década de 1960. Segundo o autor, esse saber perdeu prestígio no discurso pedagógico, sendo considerado, em muitos contextos, politicamente inadequado. No entanto, como as práticas escolares não sofreram mudanças substanciais, o termo “norma culta” passou a ser utilizado como uma nova denominação para práticas anteriormente já existentes.

A noção de norma culta envolve definições que nem sempre são claramente delimitadas, podendo ser interpretada de forma equivocada como uma oposição entre “cultura” e “incultura”. Essa interpretação, entretanto, não se sustenta, uma vez que não há grupos humanos desprovidos de cultura. Nesse sentido, Faraco (2008) ressalta que “o qualificativo ‘culto’, por exemplo, tomado em sentido absoluto, pode sugerir que esta norma se opõe a normas ‘incultas’, que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura” (FARACO, 2008, p. 56).

Para o autor, tal compreensão é inadequada, pois a norma culta deve ser entendida como uma variedade linguística utilizada em situações de maior monitoramento e associada a grupos socialmente vinculados à cultura escrita, sendo definida como “o conjunto de fenômenos lingüísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma

capa de prestígio social.” (FARACO, 2008, p. 73). Dessa forma, o conceito não se refere a uma superioridade linguística, mas a um uso situado da língua em contextos específicos de maior formalidade.

Faraco (2008, p. 75) define a norma-padrão como “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação, a projetos políticos de uniformização linguística.” Definição que evidencia que a norma-padrão não corresponde a uma fala real, mas a uma referência construída a partir do uso da língua, usada principalmente em contextos formais, como a escrita e a escola, com o objetivo de padronizar a língua em meio à sua diversidade.

A compreensão dos conceitos de norma culta e norma-padrão contribui para o entendimento da adequação linguística, ou seja, da capacidade de utilizar a língua de acordo com cada situação comunicativa. Assim, o ensino de língua portuguesa deve permitir que o estudante reconheça os diferentes usos da língua e saiba adequá-los aos diversos contextos sociais. Como destaca Bortoni-Ricardo (2004, p. 74): “É papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos comunicativos necessários para se desempenharem bem, e com segurança, nas mais distintas tarefas linguísticas”.

4 O ENSINO DA NORMA-PADRÃO EM CONTEXTOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E REFLEXÕES

A partir das teorias apresentadas, torna-se possível refletir sobre os desafios envolvidos no ensino da norma-padrão em contextos marcados pela diversidade linguística. Considerando as contribuições da Sociolinguística e das reflexões sobre o ensino de Língua Portuguesa, este capítulo discute a relação entre variação linguística e escrita formal, o papel do professor nesse processo, as exigências sociais relacionadas ao domínio da norma-padrão e os impactos das tecnologias digitais e da Inteligência Artificial no ensino da escrita.

4.1 Diversidade linguística e escrita formal no contexto escolar de Roraima

As escolas, especialmente as localizadas no estado de Roraima, apresentam características singulares no que se refere à diversidade linguística. Essa realidade está diretamente relacionada à localização geográfica do estado, que faz fronteira com a Venezuela e a Guiana, constituindo-se como uma das principais portas de entrada de estrangeiros no Brasil.

Em razão desse contexto, o ambiente escolar reúne falantes de diferentes línguas, com destaque para o espanhol e o inglês, além de outras variedades linguísticas trazidas pelos fluxos migratórios. Outro aspecto relevante é a expressiva presença da população indígena no estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Censo Demográfico de 2022, Roraima possui uma população indígena de 97.320 pessoas.

Zambrano, Silva e Lima (2021, p. 342) destacam que Roraima se constitui como um espaço de natureza plurilíngue, marcado pela expressiva diversidade linguística e cultural. Essa configuração decorre, sobretudo, da presença de povos indígenas distribuídos ao longo do território, do contato com línguas estrangeiras como o inglês e o espanhol nas regiões fronteiriças com a Venezuela e a Guiana, e dos processos migratórios internos que, historicamente, levaram ao estado sujeitos oriundos de diferentes regiões do Brasil. Esses elementos, em conjunto, evidenciam um contexto de superdiversidade linguística e cultural no estado.

Essa diversidade linguística se manifesta no cotidiano das escolas roraimenses, onde estudantes de diferentes origens culturais e linguísticas compartilham o mesmo espaço de aprendizagem. Nesse contexto, convivem falantes de variedades do português brasileiro, de línguas indígenas e de línguas estrangeiras, especialmente em municípios localizados nas regiões de fronteira. Essa pluralidade torna o ambiente escolar um espaço de intensas interações linguísticas e culturais, exigindo que o processo de ensino de Língua Portuguesa considere as diferentes experiências linguísticas trazidas pelos estudantes, sem desconsiderar as competências necessárias para o uso da língua em contextos formais.

Diante desse contexto, torna-se necessário que as orientações curriculares contemplem práticas pedagógicas capazes de reconhecer essa diversidade e favorecer o desenvolvimento das competências linguísticas dos estudantes. Deste modo, os documentos que orientam a educação básica no estado desempenham papel fundamental ao estabelecer diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa, buscando conciliar a valorização da diversidade linguística com o desenvolvimento da escrita em contextos formais.

O Documento Curricular de Roraima (DCRR), para a etapa do Ensino Médio, destaca a importância do desenvolvimento da leitura e da escrita formal como competências essenciais para a formação do estudante. O documento estabelece que, ao concluir essa etapa da educação básica, "espera-se que o estudante finalize esta etapa do ensino aumentando suas habilidades em relação à compreensão dos aspectos linguísticos, no que se refere à leitura e domínio da escrita formal" (RORAIMA, 2021, p. 57). Essa orientação evidencia que o domínio da escrita formal constitui um dos objetivos do ensino de Língua Portuguesa,

contribuindo para que o estudante atue de forma competente em diferentes práticas sociais de linguagem.

4.2 O papel do professor no ensino da variação linguística e da norma-padrão

Considerando o contexto de diversidade linguística presente nas escolas de Roraima e em diferentes regiões do Brasil, bem como as orientações dos documentos curriculares, o papel do professor de Língua Portuguesa torna-se ainda mais relevante, ao desenvolver práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade linguística presente na sala de aula e ao mesmo tempo em que possibilitem aos estudantes o acesso às variedades de prestígio social, especialmente à norma-padrão, necessária em diferentes contextos de comunicação.

Faraco (2008) observa que, embora tenham ocorrido avanços significativos nas práticas de leitura e produção textual, o ensino de Língua Portuguesa ainda apresenta dificuldades para incorporar, de forma efetiva, a variação linguística ao cotidiano escolar. Ao discutir esse cenário, o autor afirma que "temos de reconhecer que estamos muito atrasados na construção de uma pedagogia da variação lingüística. Parece que não sabemos, de fato, o que fazer com a variação lingüística na escola. E o que temos feito é seguramente bastante inadequado" (FARACO, 2008, p. 8).

Portanto, o papel do professor não se limita ao ensino das normas gramaticais e a correção de erros. Sua atuação deve possibilitar que os estudantes compreendam a língua como um fenômeno social, histórico e heterogêneo, reconhecendo a legitimidade das diferentes variedades linguísticas e permitindo que os alunos desenvolvam competências para utilizar a norma-padrão nos contextos em que ela é socialmente requerida. Dessa forma, o ensino da norma-padrão deixa de representar a negação das variedades linguísticas e passa a ampliar a competência comunicativa dos estudantes.

4.3 As exigências da escrita formal na sociedade contemporânea

A escrita ocupa um papel fundamental nas relações sociais, sendo um dos principais meios de comunicação e de expressão de ideias, opiniões e conhecimentos. Presente em diferentes contextos da vida cotidiana, ela assume características distintas conforme a situação comunicativa, podendo manifestar-se em modalidades formais ou informais. Embora cada contexto exija diferentes níveis de linguagem, o domínio da escrita formal continua sendo uma competência indispensável em diversos espaços sociais, especialmente nos âmbitos acadêmico, profissional e institucional. Mais do que produzir textos seguindo modelos pré

estabelecidos, é essencial que os estudantes desenvolvam a capacidade de utilizar a escrita de maneira consciente, adequada e eficaz, considerando os objetivos comunicativos e o público ao qual o texto se destina.

A importância da escrita formal também pode ser observada nos processos de avaliação da educação básica. Ao analisar exames nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Faraco (2008) destaca que essas avaliações reconhecem a necessidade do domínio da norma-padrão, porém chama a atenção para a forma como essa competência é concebida. Segundo o autor, um dos equívocos consiste em tratar a norma-padrão de maneira isolada das práticas sociais de leitura e escrita, quando, na realidade, "a grande capacidade a ser alcançada ao fim do ensino médio é o domínio dessas práticas sociais e a norma é apenas uma parte desse processo maior e não pode ser [...] confundida com o todo" (FARACO, 2008, p. 9).

Entretanto, embora essa crítica seja pertinente, é necessário reconhecer que a escrita formal continua sendo amplamente exigida em avaliações externas, processos seletivos para o ingresso no ensino superior, concursos públicos e em diversas situações do contexto profissional. Assim sendo, torna-se imprescindível preparar os estudantes para essas demandas, garantindo-lhes o domínio da norma-padrão sem desconsiderar a legitimidade das demais variedades linguísticas. Além das avaliações educacionais, a escrita formal continua sendo um requisito valorizado em processos seletivos de emprego, na produção de documentos oficiais, na comunicação institucional e nas atividades acadêmicas, evidenciando sua relevância para a inserção e permanência dos indivíduos em diferentes espaços sociais.

4.4 Inteligência Artificial e o ensino da escrita formal

A inteligência artificial (IA) pode ser definida como:

um conjunto de sistemas e modelos computacionais voltado à simulação de determinadas operações cognitivas humanas, constituindo-se historicamente a partir de contribuições de áreas como matemática, cibernética, física, teorias da informação e comunicação, lógica, ciências da computação, ciências cognitivas, linguística, neurociência, entre outras (BRASIL, 2026, p. 8).

Essa tecnologia, já faz parte do dia a dia da maioria dos brasileiros. Segundo a pesquisa "Consumo e uso da Inteligência Artificial no Brasil" (DATAFOLHA; FUNDAÇÃO ITAÚ, 2025), a presença dessas tecnologias no cotidiano do país já é uma realidade quase unânime: 93% dos brasileiros utilizam alguma ferramenta baseada em IA. Dentro desse cenário, as plataformas voltadas para a escrita e produção de conteúdo ganham destaque,

revelando que 43% da população recorre especificamente a assistentes de geração de texto, como ChatGPT, Gemini, DeepSeek e Copilot, para mediar suas tarefas diárias. E esse contexto é ampliado quando falamos em alunos, que de acordo com a pesquisa TIC Educação 2024, organizada pelo Cetic.Br demonstra que “37% dos alunos usuários de internet afirmaram utilizar plataformas de IA generativa em pesquisas e atividades escolares e, entre os estudantes do Ensino Médio, essa proporção alcança 70%, evidenciando que o uso de IA já se tornou um recurso informacional central para uma parcela expressiva dos estudantes” (BRASIL, 2026, p. 14).

Apesar da ampliação do uso da inteligência artificial, nem sempre essas ferramentas são utilizadas de maneira consciente no contexto escolar, especialmente na produção de textos, na escrita crítica e em atividades de opinião. O uso frequente e sem critérios pedagógicos pode gerar prejuízos significativos ao processo de aprendizagem, tendo em vista que, ao se limitar à solicitação de comandos e à obtenção de textos prontos, o estudante pode ter sua capacidade de argumentação e construção autoral reduzida. Além disso, essa prática tende a favorecer uma padronização artificial da escrita, desconsiderando as experiências socioculturais individuais dos alunos.

Nesse sentido, assim como já destacou Bagno (2007) ao discutir a natureza artificial e normativa da escrita, “a língua escrita, por seu lado, é totalmente artificial, exige treinamento, memorização, exercício, e obedece a regras fixas, de tendência conservadora, além de ser uma representação não exaustiva da língua falada” (BAGNO, 2007, p. 55). Dessa forma, quando a produção textual passa a ser mediada excessivamente por ferramentas de geração automática de texto, corre-se o risco de intensificar ainda mais esse caráter artificial da escrita, reduzindo o espaço para o desenvolvimento gradual das habilidades linguísticas e para a construção da autoria.

O Ministério da Educação tem produzido orientações que buscam nortear o uso da IA na educação básica, destacando a necessidade de uma integração pedagógica, crítica e ética dessas tecnologias. O documento orientador sugere que:

As decisões implicando o ensino-aprendizagem COM ou SEM IA devem ter por objetivo maior garantir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, evitando a dependência destes sistemas e priorizando o equilíbrio e bem-estar das crianças e jovens (BRASIL, 2026, p. 20).

O documento também apresenta doze aprendizagens fundamentais para a era da inteligência artificial, destacando que a escola deve promover o desenvolvimento de competências que vão além do uso técnico dessas ferramentas. Entre elas, ressalta-se a

necessidade de “identificar como as informações e dados são utilizados e gerados pela inteligência artificial, incluindo a coleta de dados e o treinamento de IA, atentando para os riscos sobre a privacidade e reconhecendo os efeitos para a criação de bolhas informacionais e para a disseminação de desinformação” (BRASIL, 2026, p. 23). O documento também enfatiza a importância de “aprender a agir com responsabilidade, segurança e ética nos ambientes digitais mediados por IA, promovendo o bem-estar próprio e coletivo” (BRASIL, 2026, p. 23).

Essas orientações reforçam a necessidade de um olhar atento em relação à escrita mediada por essas tecnologias, tanto pelos riscos da perda de capacidades fundamentais dos estudantes, como a argumentação, a autoria e o pensamento crítico, quanto pela padronização artificial das produções textuais. Cabe ressaltar, ainda, que a escola, incluindo a gestão, os professores e a equipe de apoio pedagógico, precisa adaptar-se a essa nova realidade e compreender a melhor forma de utilizar essas ferramentas. A inteligência artificial pode ser um importante recurso para pequenas correções, consultas gramaticais e revisão textual, principalmente em textos formais, desde que seu uso ocorra com intencionalidade pedagógica e não substitua o desenvolvimento da escrita dos estudantes. Da mesma forma, essas tecnologias não devem apagar as marcas culturais, sociais e linguísticas presentes na escrita dos alunos, mas contribuir para uma aprendizagem que respeite e valorize suas diferentes formas de expressão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, desenvolvida por meio de uma abordagem bibliográfica, buscou analisar os desafios do ensino da norma-padrão em contextos de variação linguística, refletindo sobre a necessidade de conciliar a valorização da diversidade linguística com o desenvolvimento da escrita formal no ambiente escolar. A análise das contribuições teóricas e dos documentos que orientam o ensino de Língua Portuguesa permitiu compreender que essas duas dimensões não representam perspectivas opostas, mas elementos complementares da formação linguística dos estudantes.

Ao longo do estudo, verificou-se que a língua é marcada pela heterogeneidade e pelas diferentes formas de uso construídas nas práticas sociais. Dessa maneira, reconhecer a legitimidade das variedades linguísticas é um passo para combater o preconceito linguístico e promover uma educação mais inclusiva e democrática. Entretanto, essa valorização não elimina a necessidade do ensino da norma-padrão, uma vez que ela continua sendo exigida em

diferentes esferas da vida social, acadêmica e profissional e representa um importante instrumento de acesso a oportunidades e de participação cidadã.

As reflexões apresentadas também evidenciaram que, no ensino de Língua Portuguesa, não é necessário escolher entre ensinar a norma-padrão e valorizar a variação linguística. A função da escola não é substituir a linguagem que o estudante traz de sua realidade, mas ampliar sua competência comunicativa, permitindo-lhe compreender os diferentes usos da língua e fazer escolhas linguísticas adequadas às diversas situações de interação. Dessa forma, o domínio da escrita formal deve ser entendido como um direito de todos os estudantes e não como um mecanismo de exclusão ou de desvalorização de suas identidades.

Outro aspecto discutido refere-se ao papel do professor nesse processo, que é principalmente o de desenvolver práticas pedagógicas que unem o respeito à diversidade linguística com o ensino da norma-padrão, favorecendo a construção de conhecimentos que possibilitem aos estudantes transitar por diferentes contextos comunicativos com autonomia e consciência crítica. As discussões sobre o uso da Inteligência Artificial demonstram que essas tecnologias podem contribuir para o aprimoramento da escrita, para pequenas correções e consultas gramaticais, desde que utilizadas com intencionalidade pedagógica e sem substituir o processo de aprendizagem nem invisibilizar as marcas culturais e sociais presentes na linguagem dos alunos.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as discussões sobre o ensino de Língua Portuguesa, reforçando a importância de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade linguística como parte da língua e, simultaneamente, assegurem aos estudantes o acesso à norma-padrão e à escrita formal. Mais do que escolher entre uma perspectiva ou outra, ensinar Língua Portuguesa implica compreender que ambas se complementam e são indispensáveis para a formação de sujeitos capazes de utilizar a linguagem de forma crítica, consciente e adequada às diferentes práticas sociais. Além disso, espera-se que esta pesquisa incentive novas investigações sobre o ensino da variação linguística, da adequação linguística e das possibilidades de integração das tecnologias digitais ao ensino da escrita na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em :
https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/arquivos/BNCC_EI_EF_110518_ver_saofinal.pdf . Acesso em 21 jun 2026.

DATAFOLHA; FUNDAÇÃO ITAÚ. **Consumo e uso da Inteligência Artificial no Brasil**. São Paulo: Fundação Itaú; Datafolha, 2025. Disponível em:
<https://fundacaoitaui.org.br/observatorio/biblioteca/pesquisa-consumo-e-uso-da-inteligencia-artificial-no-brasil#download-484>. Acesso em: 30 jun. 2026.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
FIORIN, José Luiz (org.), PETTER, Margarida. **Introdução à linguística**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 11- 24.

FIORIN, José Luiz. **Linguística? Que é isso?** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 21 jun 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). O Brasil no mundo. **IBGE Educa, 2026**. Disponível em:
<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2850-nosso-territorio/19638-o-brasil-no-mundo.html>. Acesso em 21 jun 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?e_dicao=37417&t=resultados. Acesso em 28 jun 2026.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, Linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2003. v. 1. p. 11-24.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Documento Curricular de Roraima: Ensino Médio**. Boa Vista: SEED/RR, 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/RCSEERR.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo; SILVA, Marcus Vinícius da; LIMA, Fernanda Sousa. Formação de professores de línguas em Roraima: da Educação Linguística Ampliada às Novas Epistemologias. **Revista Linguagem em Foco**, v.13, n.1, 2021. p. 338-358. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/5161>. Acesso em 28

jun 2026.